

CAPÍTULO VII

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Formular uma proposta de desenvolvimento sustentável para uma pequena cidade, calcada na análise de dados de uma pesquisa, pressupõe que essa pesquisa traduz com fidelidade, os anseios de sua população, suas vocações, suas carências e suas potencialidades.

Buscar através da interdisciplinaridade, a interação de ações que contemporizem os ditames das leis econômicas, sociais e ambientais, significa permear por uma diversidade tão complexa e heterogênea que, em muitos casos, podem gerar interpretações dúbias, mas mesmo assim, não desvalida a ação no campo interdisciplinar, mesmo porque, ele se constitui hoje, uma imensurável fronteira de um novo paradigma científico em construção.

São Pedro do Piauí não foge à regra imposta pelo paradigma cartesiano, tão bem incorporado pela ciência econômica, onde demanda, oferta, custos e oportunidade, ditam as regras que justificam ou não, os investimentos.

Na dimensão urbana, a cidade apresenta uma característica pouco comum às cidades de seu porte no contexto estadual. Possui uma potencialidade natural – um açude, que, segundo a pesquisa, 68% dos entrevistados citam-no como potencialidade a ser explorada. Outras potencialidades formam um conjunto de alternativas possíveis de utilização e

exploração econômica que permitem acreditar na implementação de um processo de desenvolvimento sustentável. Essa sustentabilidade perpassa pela consecução de um programa de gestão ambiental, voltada não só para a preservação e conservação do açude, mas para o meio ambiente urbano como um todo, onde todos os impactos ambientais negativos que sobre ele atuam, sejam mitigados ou eliminados.

Com base nesse elenco de possibilidades, recomenda-se a adoção e introdução de uma série de providências estratégicas, consubstanciadas nas seguintes sugestões, que têm como finalidade inicial, sensibilizar e conscientizar os agentes sociais sobre a necessidade de se implementar um plano de desenvolvimento para a cidade e, a partir daí, a priorizar um conjunto de outras, de natureza prática.

01. Promover um grande encontro comunitário, com a participação de todos os segmentos sociais e sob a coordenação do chefe do executivo municipal, a fim de dar conhecimento sobre a necessidade de se elaborar um plano de desenvolvimento para a cidade, com foco na participação e no desenvolvimento comunitário.

02. Promover uma oficina de trabalho com os atores sociais, representantes de todas as entidades associativas, a fim de se construir uma matriz PROBLEMAS/SOLUÇÕES, com base na percepção coletiva da realidade e definição de prioridades que serão apresentadas em cartões (tarjetas) através dos quais se possa conhecer os problemas da cidade, na visão participativa e onde serão identificadas as demandas da sociedade e sobre elas, se elabore um conjunto de propostas para o desenvolvimento local.

Nessa oficina deverá ser eleita uma equipe coordenadora, composta de técnicos especializados, de atores sociais que compõem a sociedade e com capacidade de discernimento bastante para auxiliar os grupos que serão formados para discussões; escolha de um mediador para cada grupo formado que comandará as negociações a fim de unificar as propostas.

Essa oficina despertará a motivação e a interação dos atores na construção de um modelo de gestão participativa.

03. Elaborar um projeto de gestão ambiental urbana, particularmente voltado para a educação ambiental, contemplando a construção de fossas sépticas; a melhoria habitacional; a coleta seletiva de lixo e construção de sarjetas, que desviem as águas pluviais para a montante do açude.

04. Desenvolver uma campanha publicitária através do rádio e de palestra nas escolas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, com foco na educação ambiental, ressaltando a proteção do açude.

05. Incluir nos currículos escolares do Ensino Fundamental e Médio, a Educação Ambiental de forma transversal conforme prevê a Constituição Federal em seu Artigo 225.

06. Formalizar convênios com entidades capacitadoras e governamentais, visando proporcionar cursos sobre: gestão ambiental, cooperativismo, associativismo, gerenciamento de pequenos negócios, horticultura, piscicultura, avicultura, corte e costura, bordado, crochê, tecelagem, cerâmica, liderança e operador de micro computador.

07. Gestionar junto à Câmara Municipal para legislar sobre a utilização racional e equilibrada das terras do entorno do açude, de acordo com o que prevê o Estatuto da cidade.

08. Planejar, desenvolver e executar um programa gerador de emprego e renda para a cidade, implementando ações para a exploração das potencialidades econômicas identificados como factíveis, viáveis e sem agressão ao meio ambiente.

09. Apoiar, incentivar e acompanhar a criação e o funcionamento de uma cooperativa/consórcio/associação, formado por agentes sociais que demonstrem interesse e aptidão para participar do cultivo, da produção e da comercialização de gêneros e artigos que os mercados local e vizinhos, sejam capazes de absorver.

10. Incentivar o cooperativismo, o associativismo, o voluntariado e todas as outras formas de participação e sinergia social e, fomentar a dialética grupal, a fim de abrir espaços

na estrutura político-administrativa, necessários para o crescimento do empoderamento social.

11. Implantar um programa de manejo no qual seja possível compatibilizar a conservação e a preservação do açude público com as atividades produtivas propostas, utilizando sua bacia e seu entorno, incluindo-se a contenção do assoreamento e o controle da eutrofização.

12. Gestionar junto à Concessionária do Serviço Público de Abastecimento de Água – AGESPISA -Águas e Esgotos do Piauí S/A, a fim de que sejam implementadas as ações voltadas para a regularização do abastecimento de água e o controle sistemático de sua qualidade.

Com o fito de auxiliar a implementação das sugestões, segue abaixo, um cronograma onde as etapas estão distribuídas no tempo, obedecendo a uma lógica seqüenciada de implantação.

Com essas ações, acredita-se ser possível reverter o atual quadro de miséria e exclusão social a que está submetida a população de São Pedro do Piauí – dimensão urbana.

Romper esse marasmo econômico, social e cultural, requer uma mudança na percepção dos agentes públicos e sociais. Exige uma tomada de consciência coletiva sobre as possibilidades de utilização das potencialidades culturais, sociais e econômicas na formulação de estratégias desenvolvimentistas.

Sem embargo, acreditar que é possível promover o desenvolvimento sustentável na cidade, requer determinação e ações políticas que devem partir, inicialmente, do governo municipal, em função do modelo institucional em vigor. É necessária a participação da sociedade civil organizada, através de seus diversos segmentos, criticando, reivindicando e sugerindo providências que contemplem soluções para os problemas por ela mesma identificados. Requer uma parceria entre governo e sociedade na gestão estratégica e na definição dos rumos da administração municipal.

Implica portanto, em admitir que o conjunto de forças, governo e sociedade, pode promover conquistas que caracterizarão a boa governança.

A complexidade que envolve as diversas variáveis, sociais, econômicas e ambientais, exige a integração dos diversos métodos de análises do espaço geográfico estudado, sendo prudente admitir que os resultados esperados da implementação de um plano de desenvolvimento local, dependem basicamente, de três condições básicas:

1. Existir uma consciência coletiva de que é possível mudar;
2. Primar pela integração entre ações de governo e da sociedade;
3. Adotar uma interdisciplinaridade metodológica.

Essa consciência nasce da interatividade da comunicação entre os diversos segmentos sociais, através da discussão sobre os diversos problemas locais e das soluções apontadas e sugeridas pelos diversos atores sociais envolvidos com a proposta de mudança. É o ponto de partida.

A integração depende da iniciativa dos gestores públicos. Eles devem capitanear ações motivadoras e mobilizadoras que se traduzam em resultados práticos e que alimentem perspectivas de desenvolvimento, calcadas na esperança e na credibilidade.

Uma metodologia interdisciplinar implica em admitir que todas as vertentes científicas nas quais se insiram os fenômenos sociais, econômicos e ambientais, são passíveis de complementariedade paradigmática, prisma este, que deverá orientar todas as propostas que visem a sustentabilidade do local.

